

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Ativos	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.142	40.955
Contas a receber	9	16.430	14.608
Estoques	10	54.801	36.352
Impostos a recuperar	11	23.263	13.218
Instrumentos derivativos	26	5.128	2.770
Outras contas a receber		4.414	3.938
		<u>111.178</u>	<u>111.841</u>
Não circulante			
Impostos a recuperar	11	50.257	47.324
Impostos diferidos	23	18.420	12.712
Outras contas a receber		520	1.031
		<u>69.197</u>	<u>61.067</u>
Direito de uso dos ativos imobilizado intangível	13 12	4.840 1.053.245 839	- 1.031.986 759
		<u>1.058.924</u>	<u>1.032.745</u>
Total do ativo		<u>1.239.299</u>	<u>1.205.653</u>

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	14	50.972	32.437
Empréstimos e financiamentos	15	229.876	143.618
Salários e encargos sociais		4.183	3.873
Impostos a recolher	17	2.656	2.441
Adiantamentos de clientes		228	3.550
Arrendamento mercantil	16	4.020	-
Outras contas a pagar partes relacionadas	24b	5.716	6.965
Outras contas a pagar	18	6.187	9.499
		<u>303.838</u>	<u>202.383</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	113.297	187.257
Arrendamento mercantil	16	1.365	-
Impostos a recolher	17	77.159	58.184
Outras contas a pagar	18	34	852
Provisão para contingências	25	9.511	11.695
		<u>201.366</u>	<u>257.988</u>
Total do Passivo		<u>505.204</u>	<u>460.371</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social integralizado		648.598	648.598
Ajustes de avaliação patrimonial		121.885	123.092
Prejuízos acumulados		(36.388)	(26.408)
		<u>734.095</u>	<u>745.282</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.239.299</u>	<u>1.205.653</u>

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	Nota	2019	2018
Receita de vendas e serviços	20	285.702	259.878
Custo das vendas e serviços	21	(202.271)	(191.059)
Lucro bruto		<u>83.431</u>	<u>68.819</u>
Despesas administrativas	21	(3.473)	(8.452)
Despesas comerciais	21	(61.386)	(54.409)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(183)	(800)
Programa de participação nos resultados	21	(1.221)	(173)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	21	2.452	(7.413)
Lucro (prejuízo) operacional		<u>19.620</u>	<u>(2.428)</u>
Despesas financeiras	22	(58.779)	(40.255)
Receitas financeiras	22	22.265	960
Despesas financeiras, líquidas	22	<u>(36.514)</u>	<u>(39.295)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(16.894)</u>	<u>(41.723)</u>
Imposto de renda e contribuição social	23b	5.707	14.144
Prejuízo do exercício		<u>(11.187)</u>	<u>(27.579)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo exercício	(11.187)	(27.579)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(11.187)</u>	<u>(27.579)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social		(16.894)	(41.723)
Valor residual de imobilizado baixado	12	5.745	378
Valor residual de intangível baixado		149	-
Provisão para contingências	25	(2.184)	6.815
Depreciação e exaustão	21	45.787	49.770
Amortização		3.045	-
Juros incorridos	15	28.060	33.180
Varição a mercado instrumentos financeiros	15	(2.358)	(2.770)
Provisão crédito liquidação duvidosa	9	183	801
		<u>61.533</u>	<u>46.451</u>
(Aumento) ou redução nos ativos			
Contas a receber de clientes	9	(2.005)	451
Estoques	10	(18.449)	1.082
Impostos a recuperar	11	(12.978)	8.038
Outros ativos		35	2.544
Aumento ou (redução) nos passivos			
Fornecedores	14	18.535	11.981
Salários e encargos sociais		310	14
Impostos a recolher	17	19.190	16.018
Adiantamento de clientes		(3.323)	2.770
Outras contas a pagar		(5.379)	3.377
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>57.469</u>	<u>92.726</u>
Juros pagos	15	(21.669)	(19.417)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>35.800</u>	<u>73.309</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(72.791)	(50.642)
Aquisição de ativo intangível		(657)	(52)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(73.448)</u>	<u>(50.694)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos tomados	15	141.979	58.833
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	16	(2.479)	(73.329)
Pagamentos de empréstimos	15	(135.665)	25.700
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.835</u>	<u>11.204</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(33.813)</u>	<u>33.819</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	<u>40.955</u>	<u>7.136</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	<u>7.142</u>	<u>40.955</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017		695.833	49.333	124.262	(122.267)	747.161
Aumento de capital	19a	25.700	-	-	-	25.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	(27.579)	(27.579)
Redução Capital	19b	(72.935)	(49.333)	-	122.268	-
Realização do custo atribuído	19e	-	-	(1.170)	1.170	-
Em 31 de dezembro de 2018		648.598	-	123.092	(26.408)	745.282
Aumento de capital	19a	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(11.187)	(11.187)
Redução Capital	19b	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	19e	-	-	(1.207)	1.207	-
Em 31 de dezembro de 2019		648.598	-	121.885	(36.388)	734.095

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos.
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 193.659 (R\$ 90.543 em 31 de dezembro de 2018). O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção da nova fábrica de cimentos, construção esta que se iniciou em 2012 e foi concluída em abril de 2015. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.
O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido a medida que ocorrer uma maior de geração de caixa, que permitirá à Companhia uma inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.
A Companhia está em franca expansão com investimentos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. As fontes de recursos são através de: (i) aportes de capital e/ou mútuos de seus controladores; (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias.
A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal.

2. Base de preparação
Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2020.
Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.
Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 6 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamento
Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

5. Mudanças nas principais políticas contábeis
A Companhia e sua controlada adotaram inicialmente o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.
A Companhia e sua controlada adotaram o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7(s).
Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos.
Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

b) Como arrendatário
Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações financeiras
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. A taxa média ponderada aplicada foi de 7,75 % a 10,86% ao ano, a depender dos prazos dos contratos.